



DESTAQUE POLÍTICO



Foto: ALMT

Max Russi fortalece sua liderança em Mato Grosso com gestão firme e compromisso com a população

Presidente da Assembleia Legislativa, deputado estadual do PSB se destaca por seu trabalho transparente, pela articulação política e pelas ações concretas que vêm promovendo mudanças reais no estado; sobre 2026, ele é claro: "Acho que é cedo" - Pág. 5

MEIO AMBIENTE

Mato Grosso emite alerta de calor intenso e amplia combate ao fogo e inovação na gestão de incêndios



Fotos: Reprodução

Estado lidera queimadas desde 2024, adota medidas emergenciais e apresenta avanços tecnológicos no ForestFire 2025 - Pág. 7

ESCÂNDALO

Deputado Júlio Campos defende investigação sobre fraudes no consignado e diz que o Estado tem, sim, responsabilidade

Parlamentar diz que falhas podem ter ocorrido na fiscalização da Secretaria de Planejamento e que Estado precisa responder pelos atos; também cobra mais articulação política no União Brasil
Pág. 4



Foto: ALMT

SOLIDARIEDADE INSUPERADA



Fotos: Reprodução

Jovem com câncer raro mobiliza milhares de pessoas em busca de tratamento fora do Brasil

Ivann Milhomem enfrenta uma batalha contra um câncer raro e inicia uma vakinha online para custear tratamento em Israel - Pág. 8

EDUCAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA

Universidade Federal de Mato Grosso enfrenta crise de segurança, infraestrutura precária e riscos à saúde dos alunos



Foto: Reprodução

Campus da UFMT em Cuiabá enfrenta série de problemas estruturais e de segurança, com furtos, assédios e abandono do poder público comprometendo o cotidiano acadêmico
Pág. 5

Lucas Leite
Jornalista

“ **A derrubada dos vetos ocorre em um momento no qual o país ainda luta contra os efeitos de uma crise econômica prolongada. O custo de vida segue elevado, o desemprego permanece alto em diversas regiões, e o poder de compra do brasileiro médio está estagnado** ”

De que lado estão nossos parlamentares?

No Brasil, a sensação de que os representantes do povo estão cada vez mais distantes da realidade da população tem se tornado mais do que uma impressão: virou constatação. A recente decisão de deputados e senadores de derrubarem os vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em um movimento que impactará diretamente no aumento das contas de energia elétrica, é um exemplo cruel e emblemático desse divórcio entre eleitos e eleitores. Em vez de protegerem os interesses da população, especialmente a mais pobre e vulnerável, optaram por agradar lobbies econômicos e setores privilegiados, empurrando para as costas do cidadão comum mais uma fatura impagável.

A derrubada dos vetos ocorre em um momento no qual o país ainda luta contra os efeitos de uma crise econômica prolongada. O custo de vida segue elevado, o desemprego permanece alto em diversas regiões, e o poder de compra do brasileiro médio está estagnado. Ainda assim, os parlamentares acharam por bem preservar encargos e subsídios bilionários dentro da estrutura tarifária do setor elétrico. Esses encargos, que pouco ou nada dizem respeito ao consumo real de energia, acabam sendo repassados ao consumidor final. São valores que não aparecem claramente discriminados na conta de luz, mas que representam uma parte significativa do que é cobrado mensalmente. Trata-se de um sistema injusto, opaco e regressivo, no qual os mais pobres pagam, proporcionalmente, muito mais do que os grandes consumidores.

A decisão do presidente Lula de vetar alguns desses pontos foi, naquele momento, coerente com uma visão de que é preciso proteger a população de novos aumentos. Ainda que se possa discordar de diversos aspectos da política econômica do governo federal, nesse caso, o veto presidencial era um gesto de responsabilidade social. Mas o Congresso, ignorando completamente os efeitos nocivos da sua decisão, decidiu derrubá-lo. É neste ponto que precisamos nos perguntar com seriedade: a quem estão servindo os nossos representantes? Certamente, não à população brasileira.

A política brasileira parece ter se rendido, de vez, aos interesses de setores com maior capacidade de pressão. O lobby do setor elétrico, um dos mais organizados, poderosos e bem financiados de Brasília, tem se mostrado eficiente em proteger seus benefícios, mesmo que isso signifique penalizar milhões de brasileiros. Os argumentos usados pelos parlamentares para justificar a decisão são frágeis, tecnocráticos e completamente alheios à vida real da população. Falam em "manter a estabilidade do setor", "evitar insegurança jurídica" ou "garantir investimentos", como se isso fosse mais urgente do que garantir uma conta de luz que caiba no bolso do trabalhador.

É um contrassenso que em um país com abundância de fontes renováveis, com potencial imenso para energia solar, eólica e hidrelétrica, tenhamos uma das tarifas de energia mais caras do mundo. Parte disso se explica por decisões políticas como essa: a manutenção de uma estrutura tarifária injusta, repleta de encargos cruzados, subsídios ocultos e pouca transparência. Em vez de promover uma reforma profunda no modelo do setor elétrico, que favoreça a população e a sustentabilidade a longo prazo, nossos parlamentares preferem manter os privilégios de sempre.

A decisão do Congresso é também um sintoma de um problema mais amplo: a crise de representatividade. Quando se observa o comportamento de deputados e senadores, percebe-se que muitos deles atuam como representantes de grupos econômicos e não como defensores do bem público. A votação pela derrubada dos vetos evidencia isso. Não houve consulta popular, não houve diálogo com entidades de defesa do consumidor, não houve sequer um esforço para explicar à sociedade por que essa medida seria, supostamente, necessária. O que se viu foi uma votação rápida, silenciosa, protegida por jargões técnicos, mas com efeitos devastadores.

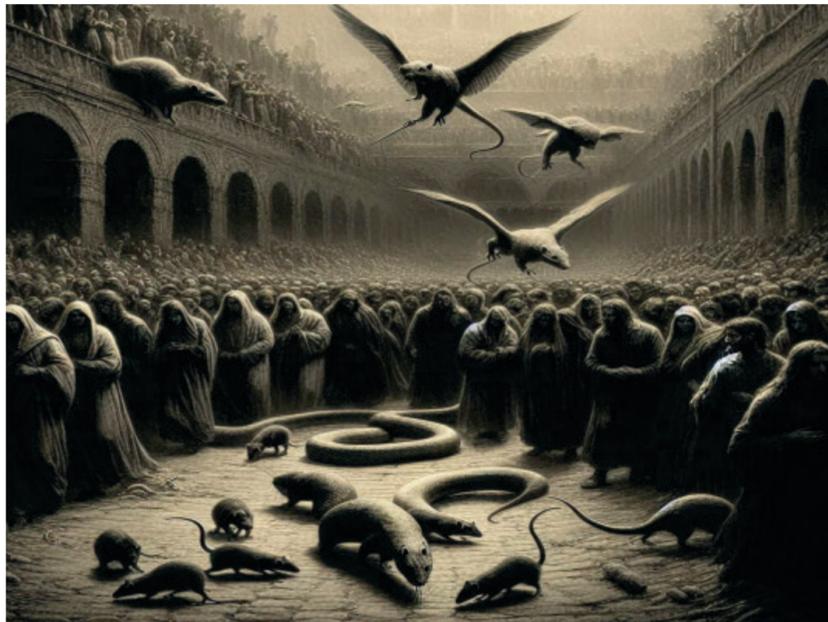


Imagem: Criada por Kleber Simioni com recursos de IA da Microsoft Designer

Enquanto isso, o brasileiro comum segue lutando para sobreviver. A energia elétrica é um insumo básico, essencial, que não deveria ser tratado como luxo. Quando a conta de luz aumenta, tudo aumenta: o custo do alimento, da produção industrial, do transporte, do pequeno comércio. Os impactos se espalham por toda a cadeia produtiva e afetam diretamente o bem-estar da população. E, mais uma vez, a classe política age como se estivesse acima dessas preocupações.

Não é exagero dizer que a derrubada dos vetos é, sim, um ato de traição contra o povo. Uma traição silenciosa, técnica, escondida entre números e relatórios, mas profundamente perversa. Ela perpetua um sistema injusto, em que o lucro de poucos é sustentado pelo sacrifício de muitos. E ela também reforça a descrença da população na política institucional. Como confiar em deputados e senadores que votam contra seus próprios eleitores? Como acreditar que há um projeto de país quando decisões tão cruciais são tomadas sem qualquer preocupação com seus efeitos sociais?

O mais triste é que esse tipo de decisão não é exceção, é a regra. O Congresso brasileiro tem se mostrado, reiteradamente, mais sensível à pressão dos setores econômicos do que às demandas da sociedade civil. Isso não é apenas um problema moral ou ético, mas um desafio concreto para a democracia. Uma democracia que não ouve o povo, que não protege os mais fracos e que não responde à realidade social está condenada a se tornar uma farsa.

O aumento da conta de luz que virá, e virá, inevitavelmente, será mais um peso nas costas de uma população já exausta. Será sentido pelas famílias que precisam escolher entre pagar a conta ou comprar comida. Será sentido pelas mães que cozinham com gás caro e ainda precisam iluminar suas casas. Será sentido por pequenos empreendedores que verão seus custos aumentarem. E, quando isso acontecer, quem responderá por isso? Quem será responsabilizado?

É preciso nomear os responsáveis. Os parlamentares que votaram pela derrubada dos vetos precisam ser expostos, cobrados, confrontados. Precisam saber que suas decisões têm consequências. O eleitor precisa lembrar desses nomes nas próximas eleições. Não é admissível que representantes do povo ajam contra o próprio povo e sigam impunes. A memória política é uma ferramenta de resistência. E neste caso, resistir é não esquecer.

A derrubada dos vetos pode beneficiar grupos específicos, sim. Grandes consumidores de energia, empresas do setor elétrico, investidores institucionais. Mas não beneficia, em nada, o povo. Ao contrário: o prejudica. Aprova-se, na prática, um modelo que transfere renda da base da pirâmide para o topo, sem que isso seja explicitado. É a institucionalização do retrocesso.

O momento exige mobilização. Exige imprensa vigilante, sociedade civil ativa, entidades de defesa do consumidor organizadas. Não se pode permitir que decisões como essa passem em silêncio. Não se pode aceitar que o povo brasileiro seja sempre chamado a pagar a conta pelos interesses de uma minoria privilegiada. Se os políticos não estão do lado da população, então a população precisa encontrar novos caminhos, novas vozes, novas lideranças.

Enquanto isso, ficamos com a conta. Mais uma. Mais alta. Mais injusta. E, mais uma vez, sem respostas.

Lucas Leite

jornalista, assessor de imprensa, social mídia e chefe de redação do COPopular

EDITORIAL

Junho Vermelho: O Gesto Que Salva Vidas



O mês de junho traz consigo uma cor que carrega um dos maiores símbolos de solidariedade humana: o vermelho. Mais do que o frio do inverno ou as festas juninas, é nesse período que ganha força a campanha Junho Vermelho, dedicada à conscientização sobre a importância da doação de sangue.

Trata-se de uma ação necessária e urgente. Os bancos de sangue enfrentam quedas preocupantes nos estoques, especialmente nos meses mais frios do ano, quando as doações naturalmente diminuem. Enquanto isso, a demanda por sangue permanece constante – seja para cirurgias, tratamentos de doenças crônicas, atendimentos de urgência ou complicações obstétricas.

Doar sangue é um ato simples, seguro e rápido, mas com um impacto incalculável. Uma única doação pode salvar até quatro vidas. E, ain-

da assim, o número de doadores no Brasil representa apenas uma pequena fração da população. A Organização Mundial da Saúde recomenda que entre 3% a 5% da população seja doadora regular. No Brasil, esse número ainda gira em torno de 1,8%.

O Junho Vermelho é, portanto, mais do que uma campanha: é um chamado à empatia, à cidadania, à responsabilidade coletiva. Não exige heroísmo, apenas disposição. É também um momento para derrubar mitos e desinformações que ainda afastam possíveis doadores, como a falsa ideia de que doar enfraquece o corpo, ou que há riscos graves envolvidos no processo.

Cabe aos governos e instituições públicas promover políticas de incentivo e facilitar o acesso aos hemocentros. Mas a mobilização da sociedade é indispensável. Empresas, escolas, universidades, igrejas e ONGs podem, e devem, abraçar a causa, organizando campanhas, eventos e mutirões.

Mais do que um mês de cor vermelha, junho precisa ser lembrado como o mês em que vidas foram salvas por gestos anônimos de generosidade. Que o Junho Vermelho nos inspire não apenas a doar, mas a incentivar, educar e mobilizar.

Porque sangue não se fabrica, se compartilha.

EXPEDIENTE

DIRETOR
Maykon Milas

DEPTO COMERCIAL
(65) 3052-6030 ou 3052-6031

FOTOS
Assessoria e divulgação

EDITOR DE ARTE
Kleber Simioni

PAUTA
redacaocopopular1@gmail.com
admcpopular1@gmail.com



CIRCULAÇÃO
Cuiabá, Várzea Grande e baixada

Cuiabá-MT - CEP: 78.048-487
Rua I, Nº 105, Edifício Eldorado Hill Office, sala 24 - Alvorada

PINGA FOGO



Maestria na Secom da ALMT

O novo secretário de Comunicação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso vem se destacando pela condução equilibrada e eficiente do setor. Com uma atuação que valoriza de forma igualitária os 24 deputados, sem distinções entre o presidente e os demais parlamentares, sua gestão tem sido bem recebida por todos. Sob sua liderança, o trabalho de comunicação tem alcançado maior capilaridade, levando as ações da Casa de Leis aos mais diversos municípios do estado, inclusive aos pontos mais distantes. O reconhecimento por parte dos deputados reflete o profissionalismo e o compromisso do secretário em fortalecer a imagem institucional da Assembleia junto à população.

Humildade com grandeza



Valdeinei Mauro de Souza, mais conhecido como Ney, o garimpeiro, é um dos grandes nomes da mineração em Mato Grosso e tem se destacado não apenas por sua força empresarial, mas também por sua humildade e simplicidade. Empresário respeitado no setor, Ney projeta o nome do estado em nível internacional, sendo reconhecido como uma verdadeira potência da mineração na América do Sul. Recentemente, ganhou destaque ao adquirir uma aeronave avaliada em R\$ 144 milhões, tornando-se um dos poucos empresários do continente a alcançar esse patamar. Apesar do sucesso, nunca abandonou suas raízes em Poconé, cidade onde sempre viveu e que carrega com orgulho. Conhecido por tratar seus funcionários com igualdade e respeito, é descrito por familiares como uma pessoa abençoada, de princípios sólidos, com poucos, mas leais amigos, e forte vínculo familiar. Ney é a prova de que é possível crescer com dignidade, sem perder a essência de onde se veio.

Desarticulação política



O senador Jayme Campos (União) atribuiu a derrota de Eduardo Botelho na disputa pela Prefeitura de Cuiabá, em 2024, à falta de engajamento político por parte do governador Mauro Mendes e de sua base. Em entrevista à TV Vila Real, o senador criticou o "apoio momo" vindo do Palácio Paiaguás, destacando que a indefinição inicial entre Botelho e Fábio Garcia gerou desorganização interna e descontentamento no partido. Para Jayme, o grupo não mobilizou seu potencial institucional nem político, o que poderia ter garantido os votos necessários para levar Botelho ao segundo turno, foram menos de dois mil votos de diferença. Ele também apontou como erro estratégico a declaração de apoio de Fábio Garcia a Abílio Brunini logo após o resultado do primeiro turno, reforçando a tese de que a campanha foi mal articulada. O senador concluiu com um alerta: é preciso aprender com os erros para não repetir equívocos nas eleições de 2026.

"Homens morrem também", diz deputado bolsonarista



O deputado estadual Gilberto Cattani (PL) levantou polêmica ao questionar a atenção dada aos casos de feminicídio em Mato Grosso, comparando a repercussão desses crimes com a de homicídios de homens. Em declaração feita, nos corredores da Assembleia Legislativa, o parlamentar afirmou que assassinatos contra homens não recebem a mesma cobertura ou comoção pública, mencionando episódios recentes em que mulheres mataram homens, como em Rondonópolis. A fala ocorre em meio à crescente preocupação com os dados oficiais: entre janeiro e maio de 2025, Mato Grosso registrou 18 casos de feminicídio, aumento de 28,57% em relação ao mesmo período de 2024. Entre as vítimas do ano passado está a filha do próprio deputado, Raquel Cattani, brutalmente assassinada com 34 facadas em julho de 2024, durante o processo de separação do ex-marido, acusado de ser o mandante do crime. Para Cattani, as raízes desses crimes estariam ligadas à desestruturação familiar, defendendo que relacionamentos sólidos poderiam prevenir tragédias. Apesar de reconhecer que todos têm o direito de encerrar um relacionamento, ele destacou a importância de que isso ocorra de forma pacífica, como forma de evitar episódios violentos.

Afastamento



O vereador Bruno Rios (PL) solicitou formalmente à Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande um afastamento de 30 dias de suas funções parlamentares. Embora o pedido tenha caráter oficial, nos bastidores a informação é de que a licença tem como objetivo intensificar as articulações políticas para que o vereador assuma a Secretaria de Governo, um dos cargos de maior confiança da prefeita Flávia Moretti (PL). Durante pronunciamento na tribuna, Bruno destacou sua trajetória no Legislativo, sinalizando de forma indireta sua possível transição para o Executivo. Caso a nomeação se confirme, ele substituirá o atual secretário Dito Loro, que permanece na pasta até o fim deste mês.

Lúdio Cabral - Deputado Estadual de Mato Grosso

Deputado denuncia "requerimento fake" e cobra transparência sobre empréstimos consignados

O deputado estadual Lúdio Cabral (MDB) anunciou que vai tirar licença para cuidar da saúde, após descobrir recentemente que sofre de asma, agravada pelo clima seco do inverno. Durante sua ausência, haverá um rodízio na bancada, com a suplente Graciele assumindo temporariamente. Ela traz experiência política e compromisso com a defesa das mulheres e dos grupos vulneráveis.

Em entrevista, o parlamentar também comentou sobre a tramitação da tão aguardada CPI dos empréstimos consignados em Mato Grosso. Apesar dos avanços legislativos recentes, que visam restringir práticas abusivas, ele destacou que o superendividamento de servidores e aposentados ainda é uma realidade preocupante. Por isso, a CPI continua sendo necessária para aprofundar as investigações, mesmo com o inquérito já aberto pela Polícia Federal.

O deputado revelou os desafios enfrentados para alcançar as assinaturas necessárias à instalação da CPI, incluindo uma manobra da extrema direita, que apresentou um "requerimento fake" com o objetivo de confundir o processo. Ainda assim, Lúdio reafirma o compromisso de seguir lutando por justiça e transparência, ressaltando a importância da união entre diferentes órgãos e parlamentares para enfrentar a grave crise dos consignados no estado.



Foto: Assessoria

“ Somente uma decisão judicial vai dar a segurança jurídica necessária para os atuais servidores endividados ”

■ Ana Carolina Guerra | Da Redação

Centro Oeste Popular – Deputado, o senhor declarou que pretende tirar férias. Poderia comentar sobre essa licença, quando deve ocorrer e quais os motivos que o levaram a essa decisão?

Lúdio Cabral – Descobri há dois anos que tenho asma. Por isso, vou tirar alguns dias de licença para cuidar da saúde e organizar melhor meu tratamento. Estamos entrando no inverno, um período de clima seco, o que agrava bastante os problemas respiratórios. Aproveito para orientar a população: é importante tomar os devidos cuidados, especialmente quem ainda não se vacinou contra a gripe. Este é o momento mais crítico do ano para doenças respiratórias.

Centro Oeste Popular – Com a sua saída temporária, quem deve assumir sua vaga na Assembleia? O senhor acredita que a suplente está preparada para representar a bancada durante esse período?

Lúdio Cabral – Vamos aproveitar esse momento também para realizar um rodízio em nossa bancada. A nossa chapa foi composta por pessoas de muita representatividade e qualidade. A Graciele, por exemplo, foi vereadora por quatro anos em Sinop, onde teve um mandato marcado por resistência e atuação firme, especialmente em uma Câmara bastante conservadora e difícil. Ela traz essa experiência importante para a Assembleia, com foco na defesa das mulheres, da classe trabalhadora e daqueles grupos que, embora chamados de minorias, na verdade representam as maiorias invisibilizadas da sociedade. Nesta semana, ela já começou a participar de agendas conosco, o que fortalece ainda mais nossa representação no Parlamento.

Centro Oeste Popular – Haverá a sua licença, mas o senhor não conseguiu emplacar a CPI dos consignados, já que o número de assinaturas não evoluiu. Inclusive, o presidente do TSE também se posicionou contra a criação desse tipo de instrumento. O senhor acredita que essa pauta sofreu algum prejuízo? Pretende continuar articulando, mesmo por meio da sua suplente?

Lúdio Cabral – Com o início do rodízio da nossa bancada, o deputado Barranco retorna e a Graciele assume. A partir de agora, ambos passam a ter autoria e coautoria no requerimento da CPI. Existe a possibilidade de conquistarmos uma quinta assinatura. De toda forma, seguimos firmes: a CPI continua sendo necessária, e mais necessária do que nunca. As leis que aprovamos na semana passada são importan-

tes porque resolvem o problema daqui para frente. Elas reduzem a margem de comprometimento da renda, proíbem o uso de cartão de crédito e cartão benefício para consignados e determinam que apenas bancos oficiais, com agência física, possam ofertar esse tipo de empréstimo em Mato Grosso. No entanto, ainda persiste o drama do superendividamento de servidores e aposentados, muitos dos quais estão mergulhados em dívidas com empréstimos consignados, parte deles inclusive com índices de fraude. E somente uma CPI tem as ferramentas necessárias para investigar de forma profunda e séria essa situação.

Centro Oeste Popular – O conselheiro Sérgio Ricardo sugeriu que o "Refis" pode ser uma solução para o dilema que o senhor apresentou. O senhor acredita que um mutirão ou um refinanciamento realmente podem resolver essa situação?

Lúdio Cabral – Sim, defendemos firmemente a realização de um refinanciamento e a auditoria dos contratos atuais. Muitos servidores acreditaram que estavam contratando um empréstimo consignado, mas, na verdade, assinaram contratos de cartão de crédito e realizaram saques sem compreender completamente o que estavam contratando. Agora, estão há anos pagando apenas a parcela mínima, com juros elevados. É importante destacar que os juros aplicados ao valor que fica após o pagamento da parcela mínima não são os juros do consignado, mas sim os juros de mercado, o que transforma a dívida em uma bola de neve. Por isso, é fundamental auditar esses contratos, identificar e eliminar os juros abusivos e corrigir fraudes nos valores efetivamente emprestados. A partir dessa auditoria, é possível construir um programa realista de refinanciamento por meio dos bancos oficiais. Para os aposentados superendividados, defendi há duas semanas uma alternativa concreta: que a MT-PREV passe a oferecer empréstimos consignados com condições justas. O refinanciamento, ou Refis, é necessário, mas deve ser baseado na redução real do valor da dívida, após auditoria criteriosa dos contratos existentes.

Centro Oeste Popular – Mesmo com a possibilidade de a Polícia Federal abrir um inquérito, por determinação do Ministério Público Federal, por que o senhor ainda considera necessária a instalação da CPI dos consignados?

Lúdio Cabral – Nesse caso, os instrumentos se complementam. As investigações da Polícia Civil, da Polícia Federal e o trabalho da CPI, que terá poder de polícia para atuar sobre os con-

tratos, somam esforços. São milhares de contratos envolvidos, e essa união é fundamental para enfrentar e solucionar essa grave questão.

Centro Oeste Popular – Durante a entrevista, o senhor citou a importância da CPI, mas, até agora, as assinaturas necessárias não foram alcançadas. Além disso, o PDL que visa sustar o convênio com a Capital Consiga continua em pauta e ainda não foi votado. Na prática, não parece haver uma resistência da própria Casa em avançar com essas pautas?

Lúdio Cabral – Até o momento, temos quatro assinaturas para a CPI. Trabalhamos dentro da correlação de forças existente no Parlamento, o que torna o processo desafiador. Recentemente, tivemos que lidar com um requerimento fake apresentado pela extrema-direita, com o objetivo de tumultuar, confundir e dificultar o avanço dessa pauta. Felizmente, conseguimos desmascarar essa manobra na semana passada. Agora, seguimos em busca de mais assinaturas. Há uma sinalização de que um deputado da bancada do governo deve assinar o requerimento. Eu e o deputado Henrique já conversamos e vamos tentar garantir que ele assumira essa assinatura, o que fortaleceria nosso movimento. Vários deputados também afirmam que podem ser a oitava assinatura. Precisamos de sete assinaturas para abrir caminho para a instalação e funcionamento da CPI.

Centro Oeste Popular – Diante dos fatos, qual sua posição sobre o requerimento apresentado pela extrema-direita, que tem sido chamado de "requerimento fake"? Na sua avaliação, foi uma manobra articulada com o governo?

Lúdio Cabral – Não sei se esse requerimento foi feito "à mão" do governo, mas que era um requerimento fake, isso era. Ele alegava que o pedido existia, mas nunca foi lido em plenário nem apresentado oficialmente. Quando tive acesso à minuta, percebi que continha erros regimentais, pois previa a aprovação em plenário. Se já temos dificuldade para reunir oito assinaturas, imagine ter que aprovar um requerimento de CPI em plenário, o que exigiria 13 votos. Fui pessoalmente conversar com o Cattani para verificar o documento, pois havia rumores de que faltavam apenas as assinaturas do PT. Na verdade, constavam apenas quatro assinaturas — as mesmas do nosso requerimento oficial, que foi devidamente apresentado e lido em plenário. Sinceramente, ainda não consegui entender qual foi o objetivo dessa manobra da extrema-direita aqui no Parlamento, que acabou atrapalhando o nosso esforço para instalar a CPI.

ESCÂNDALO

Deputado Júlio Campos defende investigação sobre fraudes no consignado e diz que o Estado tem, sim, responsabilidade

Parlamentar diz que falhas podem ter ocorrido na fiscalização da Secretaria de Planejamento e que Estado precisa responder pelos atos; também cobra mais articulação política no União Brasil

■ Maria Cardoso | Da Redação

Após denúncias de servidores estaduais que relataram cobranças abusivas, contratos inacessíveis e valores descontados muito acima dos montantes recebidos, uma investigação conduzida pelo Ministério Público (MP) e pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso (DPE-MT) revelou indícios graves de irregularidades nos empréstimos consignados do Estado.

A apuração, formalizada em maio junto à Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) e à agência Desenvolve-MT, responsável pelo cartão MTCard, aponta casos em que servidores pediram empréstimos de R\$ 12 mil, receberam apenas R\$ 3 mil, mas estão sendo cobrados por dívidas superiores a R\$ 24 mil. Em alguns contratos, a diferença entre o valor recebido e o total descontado ultrapassa 1.000%.

Diante da gravidade das denúncias, o Ministério Público e a Defensoria pedem providências urgentes, como a suspensão imediata das operações, que estariam ocorrendo desde 2021 e continuam ativas até hoje.

Em entrevista concedida, o deputado estadual Júlio Campos (União Brasil) se manifestou de forma crítica sobre o escândalo dos empréstimos consignados envolvendo servidores públicos estaduais. Ao ser questionado sobre as declarações do governador Mauro Mendes, que classificou como “conversa fiada” a responsabilidade do governo do Estado sobre a fraude, o deputado foi direto:

“Olha, acredito que a lei prevê algumas responsabilidades do Estado, né? Estamos confiantes no trabalho dos auditores do Tribunal de Contas, que, a cada dia que aprofunda, encon-



Apesar da gravidade da situação, o deputado se posicionou contra a instalação de uma nova CPI sobre o tema. Para ele, a oportunidade foi perdida anteriormente e, neste momento, os órgãos de controle já estão atuando de forma mais eficaz

tra mais coisas estranhas nesses consignados. Haverá uma visão mais rigorosa, não só por parte do governo, que resolveu suspender o pagamento de mais três ou quatro subsidiárias da empresa do Consignos. Acredito que, a partir de agora, teremos que tomar uma providência rigorosa, independente de ter ou não envolvimento de pessoas do governo”.

O parlamentar confirmou que estará presente na audiência marcada para a próxima sexta-feira, que contará com a convocação do secretário de Planejamento, Basílio Bezerra. Ele defendeu a presença do secretário ao citar: “Quem não deve, não teme”, referindo-se à importância de o gestor ir à Assembleia Legislativa “esclarecer à sociedade de Mato Grosso, porque pode haver servidores da sua área envolvidos em algumas coisas estranhas”.

Ao ser questionado sobre uma possível falha na fiscalização por parte da Secretaria de Planejamento, mesmo sem envolvimento direto do secretário, Júlio afirmou que sim, haveria falhas, e que seria bom haver um esclarecimento da parte de Basílio.

No entanto, o deputado foi cauteloso ao ser perguntado se defende o afastamento do secretário: “Não, nem afastado. Ele veio aqui esclarecer, né? Depois, se houver, assim, comprovado algum envolvimento do secretário, aí é um assunto realmente a ser estudado nesse sentido”.

Júlio também se pronunciou sobre a possibilidade de criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o caso. Contrariando o governador, que afirmou que falar em CPI é “conversa fiada”, o deputado destacou que essa é uma prerrogativa legítima do Poder Legislativo.

Segundo ele, no momento ainda não há elementos concretos e nem as oito assinaturas necessárias para a abertura da comissão. Júlio disse acreditar que, dentro de aproximadamente 15 dias, quando o Tribunal de Contas encaminhar seu parecer ao Legislativo, será possível avaliar se cabe ou não a abertura da CPI.

Durante a entrevista, ele também comentou sobre a revelação de que o Estado teria recebido até 8% de lucro sobre operações de crédito consignado feitas por servidores. O deputado afirmou que não tinha conhecimento prévio sobre isso e que foi uma grande surpresa:

“Foi uma surpresa muito grande dizerem que, nesses empréstimos consignados feitos por servidores públicos do Estado, haveria uma taxa de 3%, 4%, 5% destinada ao governo”.

Embora reconheça que a cobrança de taxas das instituições financeiras seja uma prática comum, classificou os 8% como “exagerados”, alertando que isso encarece os custos para os servidores e, conseqüentemente, quem paga é o consumidor. Júlio finalizou dizendo:

“Sempre, qualquer cobrança de imposto não é o patrão quem paga, é o consumidor”.

Além do tema dos consignados, o parlamentar fez duras críticas à inércia do União Brasil em Mato Grosso. Segundo ele, o partido não tem se movimentado para as eleições de 2026 e cobrou mais liderança do governador Mauro Mendes, que preside a sigla no Estado:

“Estamos parados. Agora nós estamos reduzidos a quatro deputados estaduais e mais dois suplentes. Fora disso, onde nós vamos achar candidatura?” Segundo o deputado, a reunião da executiva estadual, marcada recentemente, contou com a presença de vários líderes políticos, mas o governador não compareceu:

“No momento da reunião, apenas eu, Botelho, Dilmar, Jaime Campos, Gisela, Assis, Fábio Garcia comparecemos, mas o governador, que é o presidente do partido, não apareceu”.

O deputado ainda alertou que a ausência de articulação pode custar caro ao partido: “Se não houver um trabalho de atração, de visita ao interior, de convocar ex-prefeitos, vereadores fortes, no ano que vem haverá apenas um resultado: não iremos repetir nem a bancada e podemos cair de quatro deputados para dois”.

SERVIÇO PRECÁRIO

Eduardo Magalhães denuncia riscos da fiação solta em Cuiabá e cobra responsabilidade da Energisa

A situação escancara falta de profissionalismo e coloca em risco pedestres e motoristas, enquanto CPI cobra providências da concessionária e empresas de telecomunicação

■ Ana Carolina Guerra | Da Redação

Os fios soltos pelas ruas de Cuiabá representam uma ameaça concreta à segurança da população. Além do risco de choques elétricos, que podem levar a acidentes graves e até à morte, os cabos caídos atrapalham o trânsito de pedestres e veículos, geram poluição visual e comprometem a estética urbana da capital mato-grossense.

A situação foi tema de uma audiência na Câmara Municipal, por meio da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura a poluição visual e a desordem nos postes da cidade. Durante a reunião, os vereadores Eduardo Magalhães (Republicanos), Sargento Joelson (PSB) e Daniel Monteiro (Republicanos) questionaram representantes da concessionária de energia elétrica Energisa sobre a permanência de fios abandonados nas vias públicas.

Questionado pelos parlamentares, o analista institucional da Energisa, Luiz Carlos Moreira Junior, responsabilizou as operadoras de telefonia, alegando que são elas as responsáveis por não retirarem os fios desativados. Segundo ele, a Energisa realiza inspeções regulares e, ao encontrar cabos abandonados ou instalações irregulares, emite notificações às empresas para providenciarem a retirada do material. Caso não haja resposta dentro do prazo estabelecido, a concessionária realiza a remoção. Ele informou ainda que, até o momento, foram limpos 23 mil postes, emitidas 500 notificações e retirados 390 mil metros de cabos soltos. No entanto, admitiu que o volume de fios abandonados supera a capacidade operacional da Energisa para realizar a manutenção de toda a rede.



Para o vereador Eduardo Magalhães, a resposta não é suficiente. Segundo ele, é visível que o trabalho de fiscalização e retirada da fiação em desuso está falhando

Para o vereador Eduardo Magalhães, a resposta não é suficiente. Segundo ele, é visível que o trabalho de fiscalização e retirada da fiação em desuso está falhando. O parlamentar destacou que, em todos os bairros da cidade, é possível observar fios soltos e expostos, especialmente no Centro de Cuiabá.

“É visível que esse trabalho está muito falho. Todos os bairros estão nessa situação. No Centro, a situação é horrível. A gente vê vários cabos ao lado do ponto de ônibus. Estamos no momento de chuva intensa, e os cabos estão espalhados ali. Vocês são, em tese, donos da concessão, donos dos postes. Está havendo um erro muito grande no quesito fiscalização por parte da Energisa”, criticou.

A realidade da fiação nas redes de energia, telefonia e internet em Cuiabá evidencia descaso, falta de fiscalização e risco real à vida das pesso-

as. Em diversos bairros, os cabos aparecem caídos sobre calçadas, vias públicas ou pendurados com pontas expostas, formando emaranhados nos postes. Em regiões como Morada do Ouro, Avenida Rubens de Mendonça (CPA), Avenida Deputado Milton Figueiredo e Avenida Djalma Ferreira de Souza, moradores relatam medo de acidentes, especialmente em dias de chuva. No Parque Ambiental Massairo Okamura, local frequentado por pessoas que praticam atividades físicas, fios caídos na calçada intimidam quem deseja acessar o espaço pelo portão do bairro Morada do Ouro.

Alguns moradores denunciaram que a situação persiste há meses sem nenhuma intervenção. Uma moradora do setor Noroeste, no bairro Morada do Ouro, relatou que há mais de seis meses fios permanecem caídos em frente à sua residência. Segundo ela, além dos cabos

que já estão no chão, há outros ainda presos à rede elétrica, mas tão baixos que quase tocam nos carros. Ela conta que sempre fica apreensiva quando o caminhão da coleta de lixo passa, com medo de que o veículo se enrosque na fiação. O temor é ainda maior diante da possibilidade de os cabos estarem energizados, o que poderia causar acidentes graves. A moradora destaca que, a cada dia, surgem mais fios nos postes e não há qualquer manutenção ou retirada do material em desuso. Diante do descaso, ela afirma não saber a quem denunciar nem de quem é a responsabilidade pela retirada desses fios abandonados.

A insegurança também afeta motociclistas. Um condutor relatou que já precisou frear bruscamente ao se separar com fios caídos em uma rua do Parque Cuiabá, na região do Coxipó. Segundo ele, ao avistar os cabos atravessando a via, precisou parar de forma repentina e quase caiu ao tentar desviar. O medo de sofrer um acidente ou levar um choque o fez evitar a passagem por aquela rua nos dias seguintes.

De acordo com as informações apuradas pelo Jornal Centro Oeste Popular, algumas lideranças comunitárias de diversos bairros da região Norte estão se mobilizando para cobrar ações da Prefeitura de Cuiabá e das empresas responsáveis.

Em relação aos trabalhos da CPI dos Fios e Cabos Abandonados, Eduardo Magalhães esclareceu que a comissão teve suas atividades prejudicadas devido ao afastamento do vereador Joelson, um dos membros. Além disso, o vereador Daniel Monteiro também precisou se ausentar temporariamente por motivos pessoais. Ainda assim, a previsão é de que os trabalhos da CPI sejam retomados até o fim de junho. O relatório final da comissão está previsto para ser entregue em setembro.

A CPI também deve convocar representantes das operadoras de telefonia e internet que utilizam os postes alugados da Energisa para esclarecer a ausência de manutenção e retirada da fiação obsoleta. Até lá, a população continua exposta aos riscos e convive diariamente com a insegurança causada pelo descaso com a infraestrutura urbana.

Acesse:
www.tangaraonline



DESTAQUE POLÍTICO

Max Russi fortalece sua liderança em Mato Grosso com gestão firme e compromisso com a população

Presidente da Assembleia Legislativa, deputado estadual do PSB se destaca por seu trabalho transparente, pela articulação política e pelas ações concretas que vêm promovendo mudanças reais no estado; sobre 2026, ele é claro: “Acho que é cedo”

Lucas Leite | Da Redação

Na política estadual de Mato Grosso, poucos nomes têm se destacado de maneira tão firme e consistente quanto o do deputado estadual Max Russi (PSB). Atual presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), ele vem conduzindo um mandato pautado na responsabilidade, no diálogo e em ações concretas que já estão transformando a vida de milhares de mato-grossenses.

Com uma trajetória consolidada, Max Russi é reconhecido por seu perfil conciliador, mas também por seu protagonismo na articulação de políticas públicas e na mediação de temas sensíveis e complexos, tanto no parlamento quanto fora dele. Seu desempenho, tanto como legislador quanto como gestor do Legislativo estadual, o posiciona como uma das figuras mais influentes e respeitadas no cenário político do Centro-Oeste.

Desde que assumiu a presidência da Assembleia, Max Russi vem conduzindo a Casa com firmeza, equilíbrio e foco em resultados. Sob sua liderança, a ALMT tem se aproximado mais da sociedade, ampliado a transparência das ações e adotado uma postura mais proativa na discussão dos problemas que afetam diretamente a população.



Foto: ALMT

Desde que assumiu a presidência da Assembleia, Max Russi vem conduzindo a Casa com firmeza, equilíbrio e foco em resultados. Sob sua liderança, a ALMT tem se aproximado mais da sociedade

Entre suas principais marcas está o fortalecimento do diálogo com os demais poderes, com os municípios e com os diversos setores produtivos do estado. Além disso, ele tem priorizado pautas ligadas à saúde pública, à infraestrutura, à geração de empregos e à inclusão social, sempre com atenção especial às regiões mais carentes do estado.

“Temos muitos desafios em Mato Grosso e, como presidente da Assembleia, meu compromisso é com o povo. Cada pauta que chega à Casa deve ser analisada com responsabilidade, com espírito público, buscando sempre o melhor para o estado”, afirma Max Russi.

Essa visão se reflete em sua atuação prática: foram inúmeras as iniciativas articula-

das por ele para garantir mais recursos à saúde, acelerar obras de infraestrutura e fomentar políticas públicas que beneficiam diretamente os municípios. Max também é defensor da descentralização dos investimentos, sempre atento às necessidades das cidades do interior.

Além da atuação técnica e administrativa, Max Russi também tem se destacado pela sensibilidade política com que conduz os trabalhos. Em um momento de polarização nacional, ele tem se mantido como uma figura agregadora, capaz de dialogar com diferentes correntes ideológicas e construir consensos em torno de temas estratégicos para o estado.

Em recente entrevista ao jornal COPopular, Max reforçou seu compromisso com as pautas mais urgentes que impactam o estado de Mato Grosso. Entre elas, destacou a preocupação com o crédito consignado, a situação da operadora Oi, que tem gerado transtornos à comunicação em diversos municípios, e os riscos representados pela gripe aviária.

“Agora a gente tem muitos problemas no estado de Mato Grosso. A gente precisa acompanhar de perto essa questão do consignado, tem a questão da Oi, tem a questão da gripe aviária... então tem uma série de pautas aí que são importantes para o estado”, afirmou.

“Eu, particularmente, estou bastante focado nessas pautas e preocupado em fazer um grande mandato como presidente”, completou o parlamentar.

Essas declarações reforçam o senso de prioridade e responsabilidade com que Russi trata o cargo que ocupa, deixando claro que sua atenção está voltada às necessidades reais da população.

Eleição de 2026: foco no presente, sem precipitação

Mesmo com o ambiente político nacional e estadual já bastante movimentado em torno das eleições de 2026, Max adota uma postura cautelosa e centrada na gestão atual. Questionado sobre sua possível participação nas eleições futuras, ele respondeu com firmeza e clareza:

“Acho que é cedo, acho que 2026 é cedo. Essa eleição parece do ano que vem, se antecipou demais, parece que vai ser em outubro agora. Nós temos mais de um ano para a eleição, então é cedo ainda”.

Com sua fala, o deputado critica o que considera uma antecipação excessiva do debate eleitoral, que muitas vezes desvia o foco do trabalho que precisa ser feito no presente. Ele defende que os agentes públicos concentrem suas energias na solução dos problemas atuais:

“Eu estou focado nas pautas do presente. O debate político é natural, acontece em todas as entrevistas, mas acho que é uma curiosidade da população, e a gente tem que ir caminhando devagar aí, porque 2026 nem está longe”.

EDUCAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA

Universidade Federal de Mato Grosso enfrenta crise de segurança, infraestrutura precária e riscos à saúde dos alunos

Campus da UFMT em Cuiabá enfrenta série de problemas estruturais e de segurança, com furtos, assédios e abandono do poder público comprometendo o cotidiano acadêmico

Ana Carolina Guerra | Da Redação

Medo, insegurança, descaso e abandono marcam o cenário atual do campus da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), em Cuiabá, especialmente com o retorno das aulas presenciais. Estudantes enfrentam diariamente a precariedade na infraestrutura, a ausência de segurança adequada e a negligência com questões de saúde pública. Entre os principais problemas relatados estão pontos de água parada, que favorecem a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, além de ocorrências de furtos e casos de assédio dentro do campus.

A falta de segurança se reflete em episódios recorrentes de violência e furtos em laboratórios de pesquisa e extensão, como os das disciplinas de Farmacologia, Fisiologia e Parasitologia, que somam prejuízos superiores a R\$ 40 mil. O impacto desses crimes compromete diretamente a continuidade das atividades acadêmicas e científicas, essenciais para a formação prática dos estudantes. Em resposta, alunos da Faculdade de Medicina chegaram a organizar protestos, cobrando ações efetivas da administração da universidade.

O campus universitário também tem sido cenário de crimes graves. Em maio, dois adolescentes, de 16 e 17 anos, armados com uma réplica de pistola, assaltaram três pessoas den-



Foto: Reprodução

O campus universitário também tem sido cenário de crimes graves. Em maio, dois adolescentes, de 16 e 17 anos, armados com uma réplica de pistola, assaltaram três pessoas dentro da UFMT e fugiram com o veículo roubado

tro da UFMT e fugiram com o veículo roubado, gerando uma perseguição policial pelas ruas de Cuiabá. Durante a fuga, os criminosos causaram dois acidentes de trânsito e destruíram o muro de uma residência, sendo detidos após intervenção da Polícia Militar. A arma utilizada foi localizada e apreendida na casa de um dos adolescentes.

Casos como esse evidenciam a fragilidade da segurança no campus. Em 2013, a Polícia Federal interrompeu uma atividade irregular de segurança privada conduzida pela própria UFMT, que contava com cerca de 40 funcionários sem treinamento ou credenciamento adequado, portando cassetetes, rádios comunicadores e viaturas adaptadas. A prática, conside-

rada clandestina, descumpria normas legais de segurança pública.

A crise se agrava com episódios como a prisão de um vigilante da universidade, condenado por estupro de vulnerável. Carlos José de Figueiredo, de 64 anos, foi condenado a 12 anos de prisão por abusar de duas pessoas e seguiu trabalhando normalmente até sua prisão, em 2025. O caso levanta questionamentos sobre a ausência de fiscalização efetiva e a responsabilização institucional diante de condutas criminosas praticadas por servidores.

Relatos de estudantes evidenciam o sentimento generalizado de insegurança, principalmente entre mulheres, que denunciam situações recorrentes de assédio, e entre alunos que

circulam pelo campus à noite. Invasões a prédios universitários, como o hospital veterinário, também foram registradas, o que motivou manifestações por parte da comunidade acadêmica.

O déficit de efetivo policial em Mato Grosso contribui para a ineficiência da segurança pública no estado e, por consequência, na universidade. Em diferentes ocasiões, a UFMT foi criticada por falhas na organização de concursos na área de segurança, com ocorrências pontuais que chegaram a colocar em risco a validade dos certames.

Apesar de todos os problemas, a UFMT continua sendo a instituição que mais produz conhecimento científico em Mato Grosso. No entanto, a precariedade na infraestrutura, os riscos à saúde pública e os problemas com a segurança impactam de forma direta a qualidade da educação, além de colocarem em risco a integridade física e emocional dos alunos e servidores. A situação exige respostas urgentes e coordenadas entre a universidade, as autoridades públicas e a sociedade para garantir um ambiente minimamente seguro e adequado ao desenvolvimento acadêmico.

OUTRO LADO

A equipe do Jornal Centro Oeste Popular entrou em contato com a assessoria de comunicação da UFMT e solicitou uma nota de esclarecimento sobre os fatos.

A Universidade Federal de Mato Grosso informou que tem atuado no sentido de aumentar a segurança em seus câmpus com diferentes iniciativas. Entre elas, ao longo do mês de maio, 325 luminárias de LED estão sendo instaladas no câmpus de Cuiabá. Além disso, a Instituição tem garantido parcerias para ampliar o sistema de monitoramento interno com câmeras e busca recursos que possam ser utilizados na contratação de mais profissionais de segurança.

Estudantes e demais frequentadores do câmpus podem acionar a equipe de segurança, disponível 24h, pelo WhatsApp (65) 3615-8063, para reportar qualquer ocorrência e obter auxílio no encaminhamento dos casos às autoridades.

Acesse:
www.copopular.com.br

Centro-Oeste
Popular
É notícia, investigação é exclusividade!

EDUCAÇÃO

Inscrições para o Enem 2025 chegam a 5,5 milhões e batem recorde pós-pandemia

Prazo para pagamento da taxa foi prorrogado até 27 de junho; provas acontecem em novembro, com exceção de cidades do Pará

■ Da Redação

As inscrições para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2025 foram encerradas em 13 de junho, totalizando aproximadamente 5,5 milhões de participantes, segundo o Ministério da Educação (MEC). Esse número representa o maior volume de inscritos desde 2020 e um aumento de mais de 30% em relação a 2022, marcando um novo patamar de retomada após a queda registrada durante a pandemia de COVID-19.

Para garantir a participação nas provas, os candidatos que não obtiveram isenção da taxa ainda têm até o dia 27 de junho para efetuar o pagamento de R\$ 85. A quitação pode ser feita por boleto bancário, Pix, cartão de crédito ou débito em conta-corrente ou poupança, conforme disponibilidade do banco. O boleto é gerado automaticamente na página do participante. Estudantes da rede pública matriculados na 3ª série do ensino médio e participantes do programa Pé-de-Meia são isentos da taxa e, portanto, não recebem cobrança.

As provas do Enem 2025 serão aplicadas em todo o país nos dias 9 e 16 de novembro. Excepcionalmente, nos municípios paraenses de Belém, Ananindeua e Marituba, o exame ocorrerá nos dias 30 de novembro e 7 de dezembro, devido aos impactos logísticos da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), que acontecerá em Belém durante o calendário regular do Enem.

O Enem é a principal porta de entrada para o ensino superior no Brasil, sendo utilizado como critério de



O Enem é a principal porta de entrada para o ensino superior no Brasil, sendo utilizado como critério de seleção para o Sistema de Seleção Unificada (Sisu)

seleção para o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Também serve como critério de ingresso em instituições públicas e privadas, inclusive em universidades de Portugal com convênio com o Inep.

A edição de 2025 traz de volta a possibilidade de certificação do ensino médio para participantes maiores de 18 anos. Para isso, é necessário obter pelo menos 450 pontos em cada área de conhecimento e 500 pontos na redação. A solicitação deve ser feita no ato da inscrição.

A política de inclusão também está mantida. Participantes com deficiência ou necessidades especifi-

cas, como baixa visão, surdez, dislexia, diabetes, TDAH, gestantes e lactantes, têm direito a atendimento especializado. Itens como lupa, luminária, máquina de escrever em braile e óculos especiais são permitidos, desde que vistoriados no dia da prova.

Entre os programas de incentivo vinculados ao Enem, o Pé-de-Meia Licenciaturas vem se destacando. Como forma de incentivar os jovens, os estudantes inscritos que participarem dos dois dias de prova receberão uma parcela adicional de R\$ 200. O programa oferece um total de R\$ 1.050 por mês aos estudantes de licenciatura: R\$ 700 com saque imediato e R\$ 350 como poupança, liberada após o ingresso do formando como professor na rede pública

de ensino. Ao todo, 12 mil bolsas foram disponibilizadas para ingresso por meio do Sisu, Prouni ou Fies.

Segundo o ministro da Educação, Camilo Santana, o aumento no número de inscritos no Enem reflete o interesse renovado da juventude brasileira em acessar o ensino superior. Ele destacou que foram adotadas diversas medidas para ampliar as oportunidades, como a prorrogação do prazo de inscrição e a concessão de isenção da taxa para os estudantes que mais precisam.

A divulgação dos resultados do Enem 2025 está prevista para 16 de janeiro de 2026. A reaplicação das provas, destinada a casos específicos, ocorrerá em 16 e 17 de dezembro.

GRANDES AVANÇO

Dr. João destaca avanço nas obras do novo hospital e projeta melhora histórica na saúde de MT

Deputado estadual afirma que unidade hospitalar será referência para toda a Baixada Cuiabana e o estado

■ Ana Carolina Guerra | Da Redação

O deputado estadual Dr. João (MDB) classificou como um ato histórico o avanço das obras do novo hospital público que está sendo construído em Cuiabá, destacando sua importância não apenas para a baixada cuiabana, mas para todo o estado de Mato Grosso. Segundo o parlamentar, a obra já está com mais de 90% concluída e deve ser finalizada até o final deste ano. A unidade hospitalar contará com cerca de 300 leitos, sendo mais de 100 leitos de UTI, e será uma das maiores do estado, com estrutura para funcionar também como hospital de ensino e pesquisa.

Durante uma visita técnica realizada, o parlamentar destacou que as obras seguem dentro do cronograma previsto e elogiou a qualidade da construção. Para ele, a estrutura impressiona pelo porte e pelo cuidado com os detalhes.

“Acredito muito que vai melhorar a estrutura de saúde aqui na nossa região, principalmente na baixada cuiabana. Quando visitei, vi que tudo está de muito bom gosto, parece um shopping cinco estrelas. Muito bem feito e muito bem cuidado. A Comissão de Saúde está muito feliz com o que foi apresentado”, afirmou.

O deputado ressaltou que o momento agora é de definir o modelo de funcionamento do hospital, com foco em garantir o mobiliário e os equipamentos necessários para sua operação. Ainda assim, acredita que, com o novo hospital e o Júlio Müller em funcionamento conjunto, Mato Grosso terá mais de 500 leitos disponíveis, o que representará um avanço expressivo na capacidade de atendimento hospitalar da região.

Durante a entrevista, aproveitou a oportunidade para comentar sobre o andamento das obras dos hospitais regionais no interior do estado. Segundo ele, as construções em Alta Floresta e Juína estão adiantadas, mas alertou para os atrasos significativos nos hospitais de Confresa e Canarana. O parlamentar cobrou maior rigor do governo estadual na fiscalização das empresas responsáveis por essas obras. “O governo precisa cobrar mais firmeza. Esses dois hospitais estão muitíssimo atrasados”, pontuou.

Ainda durante sua fala, chamou atenção para a necessidade de fortalecer a saúde nos municípios de pequeno e médio porte. Segundo ele, ainda há muitos pedidos de apoio para transporte de pacientes e aquisição de ambulâncias, o que evidencia a falta de estrutura local para resolver casos de baixa e média complexidade. Para Dr. João, é fundamental que o Estado ofereça suporte técnico e financeiro para essas cidades, evitando a sobrecarga dos grandes hospitais.

Além disso, o parlamentar sugeriu a criação de um ambulatório especializado dentro do Hospital Júlio Müller, voltado ao atendimento de doenças raras e de alta complexidade. A proposta é que o espaço funcione também como centro de ensino, promovendo a formação de profissionais da saúde e reduzindo os custos com tratamentos fora do estado.

Com a previsão de entrega dos novos hospitais ainda este ano e em 2026, Dr. João acredita que Mato Grosso está prestes a viver um dos melhores momentos de sua história na área da saúde pública.

Beleza e Arte da Mulher Cosméticos

Conheça nossa linha de produtos exclusivos

Entrega free em Cuiabá e Varzea Grande

Crème corporal Bio Crème

Sabonete facial Make A

Esfoliante corporal Creme + ESFOLIANTE Maracuja

Cenco umedecido POP

Mascara de cílios

Kit capilar

Descubra mais produtos em:
@belezaeartedamulher
WhatsApp - (65) 98122-2128

MEIO AMBIENTE

Mato Grosso emite alerta de calor intenso e amplia combate ao fogo e inovação na gestão de incêndios

Estado lidera queimadas desde 2024, adota medidas emergenciais e apresenta avanços tecnológicos no ForestFire 2025

Ana Carolina Guerra | Da Redação

Em março de 2024, Mato Grosso registrou o maior número de focos de incêndio do país, com 1.624 ocorrências entre os dias 1º e 31, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Desde janeiro, o estado acumula 3.334 focos, o segundo maior volume entre todas as unidades da federação no período, configurando um recorde para o primeiro trimestre desde o início do monitoramento, em 1999.

Os principais fatores que explicam esse aumento são: queimadas ilegais, estiagem prolongada e temperaturas elevadas agravadas pelo fenômeno El Niño. De acordo com o Instituto Centro de Vida (ICV), mais de 90% das áreas atingidas não possuem autorização para queima controlada. O uso do fogo é recorrente, principalmente em áreas de expansão agrícola situadas na transição entre os biomas Amazônia e Cerrado.

O crescimento dos focos ao longo dos meses é evidente: foram 847 em janeiro, 863 em fevereiro e 1.624 em março, um aumento de 12% em relação ao mesmo período de 2020, ano em que incêndios devastaram cerca de 4,5 milhões de hectares em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.



Diante da gravidade da situação, o governo estadual decretou estado de emergência ambiental e definiu o período proibitivo para uso do fogo em áreas rurais

Entre os 20 municípios com mais focos de calor em março, 12 estão em Mato Grosso. O município de Nova Maringá lidera no estado, com 141 focos, seguido por Brasnorte (101), Nova Mutum (84) e Nova Ubiratã (67). A maioria desses municípios está localizada no bioma Amazônia. Ainda assim, Roraima lidera o ranking nacional, com os três municípios mais afetados: Caracaraí, Iracema e Cantá.

Diante da gravidade da situação, o governo estadual decretou estado de emergência ambiental e definiu o período proibitivo para uso do fogo em áreas rurais. No Pantanal, a proibição vai de 1º de junho a 31 de dezembro. Nas regiões da Amazônia e Cerrado, a restrição se-

rá de 1º de julho a 30 de novembro. Durante esse período, as licenças para queima controlada estão suspensas, e as queimadas em áreas urbanas seguem proibidas durante todo o ano.

A medida foi anunciada durante o lançamento do Plano de Ação de Combate ao Desmatamento Ilegal e Incêndios Florestais para 2025. Na ocasião, a secretária de Meio Ambiente, Mauren Lazzaretti, destacou que o planejamento estadual está mais estruturado que em anos anteriores, com foco em enfrentar as adversidades climáticas previstas, como estiagem severa, ondas de calor, baixa umidade e ventos fortes.

A atuação conjunta do Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, sindicatos rurais e prefeituras tem si-

do intensificada, com ações como a contratação de brigadistas, fiscalização em áreas críticas e capacitação de produtores. Em Lucas do Rio Verde, por exemplo, seis brigadistas foram contratados exclusivamente para combater incêndios, com apoio de uma caminhonete equipada e reforço militar.

Durante o ForestFire

Congresso Internacional de Gestão de Incêndios Florestais, realizado de 16 a 18 de junho no Centro de Eventos do Pantanal, em Cuiabá, o comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso (CBMMT), coronel Flávio Glêdson Bezerra, apresentou os avanços no enfrentamento aos incêndios florestais. Ele destacou que, com 903 mil km² área maior que França e Alemanha juntas, Mato Grosso enfrenta desafios imensos por concentrar três grandes biomas da América do Sul: Pantanal, Amazônia e Cerrado.

Outro destaque é o programa de educação ambiental "Sentinelas do Amanhã", que busca alcançar mais de 427 mil alunos da rede pública estadual, promovendo desde cedo a conscientização sobre a prevenção ao fogo.

A tecnologia também é fundamental. O estado utiliza um sistema avançado de monitoramento, que integra imagens de satélite, automação e análise de dados em tempo real, permitindo respostas mais rápidas e estratégias mais eficazes.

O coronel Flávio Glêdson também ressaltou o trabalho do Comitê Estadual de Gestão do Fogo, que reúne mais de 40 instituições. Para 2025, o investimento na estrutura do Corpo de Bombeiros deve ultrapassar R\$ 78 milhões, com foco especial no Pantanal, onde só em 2024 já foram registrados 140 incêndios florestais, sendo 16 de grande proporção. Em maio, a Operação Infravermelho fiscalizou mais de 51 mil hectares, aplicou R\$ 17 milhões em multas e solucionou 70% dos casos em menos de 24 horas.

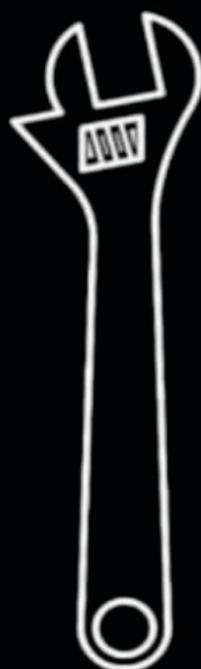
A capacitação contínua também é prioridade. Desde 2010, mais de 1.500 militares foram treinados em 17 cursos especializados em incêndios florestais, beneficiando profissionais de Mato Grosso e de outros estados. O comandante reforçou que o enfrentamento às queimadas exige tecnologia, mão de obra especializada e envolvimento da sociedade, com foco em proteger os biomas e garantir um futuro mais seguro.



SÓ PORTAS

Serviços e Acessórios Automotivos
Várzea Grande/MT

CUIDE DO SEU CARRO COM NOSSOS SERVIÇOS!



- Instalação de alarme
- Conserto de fechaduras
- Máquinas de vidro
- Embuchamento
- Instalação de som
- Maçanetas
- Trava elétrica
- Regulagens
- Borrachas

Somos especialistas em portas automotivas.

Contato:

65 98171-1813

65 3685-7943

Endereço:

Dom Orlando Chaves, 119,
Cristo Rei - Próximo ao Galpão



SOLIDARIEDADE INSPIRADA

Jovem com câncer raro mobiliza milhares de pessoas em busca de tratamento fora do Brasil

Ivann Milhomem enfrenta uma batalha contra um câncer raro e inicia uma vakinha online para custear tratamento em Israel

Lucas Leite | Da Redação

Aos 28 anos, o jornalista Ivann Milhomem está vivendo um dos maiores desafios de sua vida, e, ao mesmo tempo, experimentando uma das maiores demonstrações de solidariedade que jamais imaginou receber. Há mais de três anos, Ivann foi diagnosticado com um câncer raro, melanoma nodular metastático. Desde então, sua vida mudou completamente: deixou de lado planos, empregos estáveis e rotinas comuns para travar uma luta diária pela sobrevivência.

Diante da necessidade urgente de um novo tratamento, chamado TIL, disponível em Israel, Ivann criou uma vakinha online com o objetivo de arrecadar R\$ 715 mil para custear o tratamento. O que ele não esperava, no entanto, era a proporção que essa iniciativa tomaria.

"Eu só estava divulgando nos grupos de amigos no WhatsApp, de forma bem discreta. Mas, de repente, a coisa tomou uma dimensão que eu não esperava", conta. Em menos de 48 horas, a campanha já havia arrecadado impressionantes R\$ 150 mil, fruto do engajamento de milhares de pessoas tocadas por sua história.

A mobilização em torno da vakinha ganhou ainda mais força quando a primeira-dama de Mato Grosso, Virginia Mendes, e o governador Mauro Mendes abraçaram publicamente a causa. Para Ivann, foi uma surpresa imensa e um gesto que trouxe ainda mais esperança: "Foi um susto bom. Eu não esperava, fiquei emocionado. É muito poderoso saber que pessoas públicas de grande influência estão olhando para a sua dor com humanidade".

O movimento de solidariedade agora está chegando também ao mundo dos esportes. Ivann revelou que um jogador profissional está se unindo à campanha, o que promete ampliar ainda mais a visibilidade da vakinha e acelerar a arrecadação dos valores necessários para o tratamento.



Fotos: Reprodução

Mesmo enfrentando dias difíceis, Ivann se mostra profundamente conectado ao que realmente importa. Mais do que apenas levantar fundos, sua história tem inspirado outras pessoas que passam por situações semelhantes

A terapia TIL (linfócitos infiltrantes de tumor) é um tipo de imunoterapia celular que utiliza células do sistema imunológico do próprio paciente para combater o câncer. Essas células, chamadas linfócitos TIL, são removidas do tumor, cultivadas em laboratório e depois reintroduzidas no corpo para atacar as células cancerígenas. É uma terapia inovadora, principalmente para casos de melanoma avançado, e está sendo estudada para outros tipos de câncer

O diagnóstico veio aos 25 anos, num momento em que Ivann estava apenas começando sua jornada profissional e pessoal. "Foi um baque. Uma pessoa jovem, cheia de planos, jamais imagina que algo assim vai acontecer. Tudo mudou da noite para o dia", relembra.

Desde então, sua rotina passou a ser marcada por exames, viagens constantes a São Paulo, sessões de tratamento e consultas médicas. Com frequência, Ivann precisa passar até duas semanas fora de casa para cumprir os protocolos médicos.

Isso inviabilizou a possibilidade de manter um emprego fixo.

Apesar das limitações impostas pela doença, ele encontrou uma forma de continuar ativo. Ivann passou a se dedicar a sua loja de camisetas de time, um negócio que lhe permite gerar renda com flexibilidade, respeitando os períodos de tratamento e os momentos de descanso necessários.

O caso de Ivann Milhomem transcende a história de uma vakinha. Ele representa a capacidade humana de resistir, de buscar soluções mesmo diante do desespero, e de despertar empatia em uma soci-

idade muitas vezes distraída. Seu movimento, simples, inicialmente restrito a amigos, tomou as redes sociais e virou símbolo de uma corrente do bem.

E Ivann não vai parar por aí. Para complementar a vakinha, ele também planeja eventos beneficentes e venda de produtos personalizados, como forma de ampliar as possibilidades de arrecadação. "Vou fazer tudo o que estiver ao meu alcance. E vou vencer. Com a ajuda de todo mundo, vou conseguir chegar lá", disse.

Mesmo enfrentando dias difíceis, Ivann se mostra profundamente conectado ao que realmente importa. Mais do que apenas levantar fundos, sua história tem inspirado outras pessoas que passam por situações semelhantes. E ele faz questão de deixar uma mensagem tocante, especialmente para os jovens que, como ele, se veem diante de uma realidade tão dura quanto inesperada:

"O conselho que eu daria para as pessoas que estão passando por isso? Eu acho que é o mesmo que eu daria para qualquer pessoa, até para quem está saudável: não desiste de você. Não desiste da sua vida. Não ache que a vida é só acordar cedo, trabalhar o dia inteiro e dormir cansado pra recomeçar no outro dia. A vida é mais do que isso. Todo mundo tem algo que faz o olho brilhar. A gente precisa viver por essas coisas. É isso que faz tudo valer a pena. Já trabalhei com coisas que eu não gostava. Acorçava angustiado porque estava indo fazer algo que não fazia sentido pra mim. E viver uma vida inteira assim... imagina? Chegar no fim da vida sentindo que ela não fez sentido. Deve ser uma tristeza imensa. Então, o que eu digo é: não desiste de você, da sua vida, dos seus sonhos. Ela é única. E a gente precisa lutar pra que, no fim, ela tenha valido a pena".

Como ajudar

A vakinha online de Ivann segue ativa, e cada real faz diferença nessa luta pela vida. A campanha pode ser acessada através das redes sociais do jornalista, e também está sendo compartilhada em perfis de apoiadores, atletas, figuras públicas e influenciadores digitais.

Instagram: [Ivannmilhomem](#)
Vakinha: WWW.vakinha.com.br/5559969

MT.GOV.BR
govmatogrosso

PARA O JOVEM QUE ESCOLHE A EDUCAÇÃO, SÓ EXISTE UM CAMINHO:



JOSÉ GABRIEL

ALUNO DA REDE ESTADUAL QUE
ESCOLHEU A EDUCAÇÃO E FOI
APROVADO EM DIREITO NA UFMT

OPORTUNIDADE PARA UMA VIDA MELHOR.

CONTINUE INCENTIVANDO SEUS FILHOS NOS ESTUDOS.



Governo de
Mato
Grosso